

19 NOV 1981

um artigo da série sobre as previsões para a economia brasileira, no ano que vem.

O sacrifício que não vale a pena repetir

Por Abílio Diniz, diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar.

Quando as preocupações se voltam para o desempenho da economia brasileira neste ano e para as perspectivas de 1982, nada mais lógico do que indagar se os resultados da política econômica justificam os pesados sacrifícios suportados hoje pela sociedade brasileira. Na minha opinião, feita uma avaliação objetiva da situação econômica até o momento, acredito que poderíamos atingir resultados semelhantes aos observados no final de 1981, adotando-se uma dosagem mais branda para a mesma política econômica.

Já existem informações suficientes para se avaliar os efeitos da política econômica de 1981. Resultados positivos deverão ser colhidos na balança comercial, que poderá apresentar um superávit de cerca de 1 bilhão de dólares. A taxa de inflação também sofrerá uma queda de mais de 10 pontos percentuais. Além disso, neste ano, fomos capazes de restabelecer a credibilidade externa que havíamos perdido em 1980, a ponto de conseguirmos superar a maior dificuldade do ano, ou seja, a absorção de recursos externos, suficientes para financiar o déficit no balanço de pagamentos. Tudo isso teve, no entanto, um custo bastante alto. A produção industrial deverá sofrer um decréscimo de, pelo menos, 5%. O setor comercial foi ainda mais fortemente atingido. O PIB deverá experimentar uma redução pela primeira vez desde a grande crise de 1930. O desemprego está atingindo níveis dramáticos.

Vale lembrar que a mudança na política econômica, no final de 1980, foi uma decorrência imediata da deterioração do balanço de pagamentos, em função de uma política excessivamente expansionista. Desde então, as contas externas têm condicionado de tal forma a condução da política econômica, que vivemos uma situação obsessiva, com o perigo de perdermos a sensibilidade para os problemas maiores enfrentados pela economia brasileira. Esta preocupação com resultados imediatos no balanço de pagamentos pode, também, impedir uma visualização nítida da trajetória futura da economia.

Desde o primeiro semestre deste ano, tenho afirmado que a recessão não é solução para o nosso problema de balanço de pagamentos. Este tem raízes estruturais e requer soluções de médio e longo prazo. No entanto, já estamos no meio de uma profunda recessão, com perspectivas de que o PIB venha a sofrer uma redução em torno de 2% neste ano. Isto poderá significar uma redução de 12 a 15 bilhões de dólares na produção, neste ano, em troca de uma ligeira redução na taxa de inflação e de um superávit comercial. Cabe, no entanto, avaliarmos se realmente estes ganhos podem ser atribuídos integralmente à recessão.

É fato inegável que uma recessão provoca, de imediato, uma redução nas importações. Tanto é assim que a política monetária e fiscal restritiva faz parte do receituário ortodoxo, recomendado pela comunidade financeira internacional para solucionar o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

No entanto, sabemos que na raiz do



déficit do balanço de pagamentos está o choque de petróleo, exigindo um esforço no sentido de remodelarmos toda a estrutura produtiva do País. Mais recentemente, a elevação nas taxas de juros acabou agravando mais a nossa situação. É claro que, dada a nossa dependência em relação à energia importada, a economia brasileira não poderia continuar crescendo no ritmo alcançado nos anos setenta, e muito menos a 8,0% ao ano como em 1980.

Sabe-se que o desempenho das exportações, este ano, está aquém do previsto, apesar de todos os esforços e dos subsídios ao setor. Isto indica que, embora a recessão tenha criado algum excedente exportável, isto não se traduziu em acréscimos substanciais nas exportações. Quanto à queda nas importações, estimada até agora em 4%, ela não pode ser atribuída unicamente à recessão. O preço do petróleo esteve congelado durante boa parte do ano e, além disso, a substituição da energia importada começa a ser representativa. As importações reduziram-se, devido à desova de estoques que haviam sido acumulados em 1980, quando estes estavam excessivamente altos por causa da prefixação da correção cambial e do controle da taxa interna de juros, a qual alcançou níveis reais negativos no ano passado. Neste ano, com a elevação dos juros, os estoques foram reduzidos ao mínimo. Devemos lembrar ainda que a Cacex vem desenvolvendo um esforço administrativo muito grande no sentido de desestimular as importações.

Os resultados positivos alcançados na redução da taxa de inflação também não podem ser creditados inteiramente à recessão. Antes de mais nada, devemos lembrar que, em 1981, não sofremos nenhum choque de preços como ocorreu em 1979 e 1980, com a elevação do preço do petróleo, a maxidesvalorização cambial, nem uma escassez de oferta de produtos agrícolas. Ao contrário, foi a desaceleração nos preços de produtos agropecuários e de algumas matérias-primas, o principal responsável pela ligeira redução na taxa de inflação. Os preços dos produtos industriais têm sido

pouco sensíveis à recessão, tendo os setores com maior poder de mercado elevado ainda mais os preços, para compensar as perdas decorrentes da redução nas vendas.

No entanto, pode-se afirmar que a recessão teve efeitos imediatos e visíveis sobre a taxa de desemprego. A política de restrição de crédito e elevação da taxa de juros teve consequências seríssimas sobre a indústria de bens de consumo durável, causando a queda de vendas, a diminuição da produção e, com esta, o aparecimento de um fenômeno raro no País: o desemprego de milhares de operários qualificados e semi-qualificados. No setor de bens de capital, a diminuição nos investimentos públicos determinou a queda nas encomendas de máquinas e equipamentos, aumentando a sua margem de ociosidade. Assim, o desemprego e a subutilização da capacidade produtiva, tanto na indústria de bens de capital quanto no setor de bens de consumo, podem ser diretamente atribuídos à política econômica em vigor.

Além disso, a política recessiva aumentou a vulnerabilidade econômico-financeira das empresas, principalmente das nacionais. Se, de um lado, isto não acarretou uma grande quantidade de falências, de outro, é notório o nível de descapitalização que se verifica, hoje, nas empresas, principalmente nas pequenas e médias.

Todos reconhecem que a mudança de política econômica e a desaceleração do crescimento, a partir de fins do ano passado, foram saudadas com entusiasmos pelos banqueiros internacionais. Isto foi fator decisivo para aumentar o fluxo de recursos financeiros externos, no decorrer de 1981. Cabe ressaltar que a simples mudança e adoção de uma política econômica ortodoxa, coerente, e não os resultados desta política, foram responsáveis pelo restabelecimento da credibilidade internacional. É óbvio que os banqueiros internacionais preferem a disciplina cambial e financeira a uma política expansionista inviável diante das restrições do balanço de pagamentos. O que se pode questionar é a intensidade das medidas de restrição monetária e fiscal levadas a efeito.

Os dois últimos anos 80 e 81 apresentaram um quadro bastante distinto em matéria de política econômica. Em 1980, praticamos uma política claramente inviável, com consequências adversas sobre o balanço de pagamentos. Em 1981, caminhamos para o extremo oposto, com uma política muito mais apertada do que seria necessário para restabelecer a confiança dos credores externos.

Ao divisar as perspectivas econômicas para 1982, resta-nos esperar que as duras lições de 1981 sejam assimiladas com proveito pelos formuladores da política econômica, evitando-se uma recessão tão drástica quanto a que experimentamos hoje. E que, principalmente, não venhamos a nos defrontar com o quadro desolador representado por máquinas paradas e desemprego crescente, com suas graves consequências sociais.